

# JORNAL **meionorte** mais

EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA



TEMPERATURA: Máxima: 35°  
Mínima: 23°

ANO XXII - Nº 8954 - TERESINA (PI), SAB/DOM, 28 E 29 DE JANEIRO DE 2017

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,50  
OUTROS ESTADOS: R\$ 3,00



## VETADO

A licitação para a contratação de uma empresa para trabalhar na segurança eletrônica da rede pública municipal de Teresina foi suspensa pelo TCE. O tribunal tomou a decisão após denúncia de uma participante do certame, que apontou irregularidades que visariam direcionar o processo. O conselheiro Kléber Eulálio encontrou clara proibição de exigências excessivas que frustrem o caráter competitivo.

## SEM RESPONSABILIDADE

TCE suspendeu as nomeações de servidores feitas pelo ex-prefeito de Buriti dos Lopes, Bernildo Val, nos 180 dias finais do seu mandato em 2016

# TCE suspende nomeações de ex-prefeito no Piauí

**FRANCY TEIXEIRA**  
DE POLÍTICA

Por unanimidade, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) decidiu acolher o pedido do prefeito eleito de Buriti dos Lopes, Júnior Percy (PTB), visando a concessão de medida cautelar para suspensão/anulação de atos de nomeação de pessoal no exercício de 2016 no município piauiense. Para consolidar o entendimento, a ação tem como base o suposto desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impõe aos Estados e Municípios limites no que tange os gastos com o serviço público, sob a pena de serem suspensos repasses federais constitucionais, além da eliminação da possibilidade de se contrair operações financeiras com distintas instituições.



**JÚNIOR PERCY teve pedido aceito por conselheiros do TCE**

O acórdão foi publicado no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado, tendo como relator o conselheiro Jackson Veras. Com a decisão, ficou determinada a sustação dos

efeitos dos atos de nomeação realizados nos últimos 180 dias anteriores ao fim da gestão do ex-prefeito Bernildo Val (PSD), não reeleito no último pleito municipal. Na ocasião, a

Conselheiros acataram pedido do prefeito Júnior Percy para defender limite de gastos da LRF

apreciação do processo foi acompanhada pelo procurador-geral, Plínio Valente, representante do Ministério Público de Contas (MPC).

É importante sinalizar que a análise ocorreu antes da posse do atual prefeito, no entanto, a decisão foi publicada apenas neste final de semana pelo órgão fiscalizador.

**POLÊMICA** – Vale destacar que a nomeação de servidores no município de Buriti dos Lopes nos últimos meses da

## TCE gastou R\$ 63 milhões com pessoal

Com o final do mês de janeiro começam a ser divulgados os demonstrativos consolidados dos Poderes e órgãos referentes ao exercício financeiro de 2016, o primeiro a referendar o relatório da gestão fiscal foi o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), que somou despesas líquidas com pessoal R\$ 63,075 milhões, cumprindo o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sendo que atingiu 0,83% de comprometimento na comparação com a Receita Corrente

Líquida, de modo que o número máximo é 1,0% e o prudencial 0,95%.

O demonstrativo também aponta para a disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição de restos a pagar não processados no exercício financeiro) é de R\$ 9,8 milhões. O documento foi assinado pelo presidente do órgão fiscalizador, o conselheiro Olavo Rebelo, e comprova o equilíbrio financeiro na Corte de Contas, apesar das dificuldades advindas pela crise econômica nacional, que

tem afetado todas as esferas.

Por fim, o balanço fiscal mostra que o empenho de pouco mais de R\$ 5,4 milhões de resto a pagar, que não foram liquidados no exercício financeiro anterior. Os números que também dispõem sobre a seguridade social do órgão fiscalizador mostram a despesa bruta com pessoal inativo e pensionistas na ordem de R\$ 1,694 milhão nos doze meses de 2016, neste caso, o levantamento considerou os gastos liquidados. (F.T.)

gestão de Bernildo Val (PSD) já vinha gerando certa polêmica, o Ministério Público por exemplo, instaurou inquérito civil público para apurar o desligamento de servidores municipais efetivos, que haviam sido regularmente aprovados em concurso público.

Na ocasião, a promotora de Justiça Francineide de Sousa Silva impôs que de acordo com texto do STF (Supremo Tribunal Federal), o servidor ocupante de cargo efetivo, ainda que em estágio probatório, não pode ser exonerado por juízo exclusivo da autoridade administrativa, com base em decreto que declara a desnecessidade do cargo.

## REPRESENTAÇÃO

# Presídios piauienses passarão por auditoria

Atendendo a uma solicitação do Ministério Público de Contas (MPC), o Tribunal de Contas do Estado aprovou por unanimidade a realização de auditoria nas unidades prisionais do Piauí. A relatoria da ação ficou sob a incumbência da conselheira Lilian Martins. Em tal âmbito, a representação do MPC teve como base as últimas rebeliões e mortes de detentos nos presídios de Manaus, Roraima e Natal, devido à superlotação e condições precárias dos presos; neste caso, o trabalho em solo piauiense se dá de modo preventivo, no intuito de contribuir para que situações parecidas não aconteçam no Estado.

O pedido foi orquestrado pelo Conselho Nacional de

Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC), para adotar estratégias de atuação nas esferas regional e nacional, o mesmo trabalho foi desenvolvido pelos membros do Ministério Público de Contas (MPC) de outros entes federa-

tivos. Nesse sentido, segundo o procurador-geral do MPC, Plínio Valente já são 19 pedidos protocolados pelos Procuradores-Gerais de Contas dessas regiões aos Tribunais de Contas dos respectivos Estados, a fim de que sejam rea-

lizadas Auditorias Operacionais e de conformidade. "Vamos buscar os principais dados relacionados com o sistema penitenciário local, tais como estrutura e custos com material, pessoal e gestão, dentre outros", disse. (F.T.)

## TCU também fará fiscalização no Piauí

Seguindo o mesmo norte, o Tribunal de Contas da União (TCU), a ministra Ana Arraes propôs em plenário que fosse realizada auditoria coordenada com os tribunais de Contas dos Estados e municípios para examinar os aspectos mais relevantes da gestão operacional e de infraestrutura das penitenciárias do Brasil. No caso da

fiscalização do TCU nos presídios de todo o país, a fiscalização será destinada à análise das medidas emergenciais que estão sendo adotadas para lidar com a atual crise e à análise da gestão, dos custos e das tecnologias de apoio associados ao sistema prisional. Embora a gestão carcerária seja função principal dos estados federados, é

importante destacar que o saldo atual do Fundo Penitenciário Nacional é superior a 3 bilhões de reais", informou a ministra. Com a anuência à solicitação do MPC, o TCE-PI sai na frente.

Cabe lembrar que o Piauí já vem adotando medidas emergenciais, de modo a evitar rebeliões e motins nas unidades prisionais do Estado. (F.T.)



NO TRE

# TCE quer descentralizar atuação com novas sedes

**Ação foi movida pelo MPE ainda em 2016. Gestor é acusado ainda de falso testemunho**

Ithyara Borges  
Repórter

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) quer dá mais celeridade aos processos e trabalhar junto com as prefeituras

ras e os gestores do interior do Piauí. Com sede apenas em Teresina, o presidente do órgão, Olavo Rebêlo, tem o objetivo de descentralizar o TCE construindo novos prédios em algumas cidades do interior.

A intenção é oferecer nestes municípios o mesmo atendimento que órgão disponibiliza aos prefeitos e gestores em Teresina, sem que, para isto, eles precisem se deslocar até a Capital. A previsão é que o TCE possa implantar bases da corte de contas nas maiores cidades

do interior, como Parnaíba e Bom Jesus, por exemplo.

O projeto já tem o apoio do governador do Estado, Wellington Dias (PT), que se comprometeu em custear parte das despesas do projeto de descentralização do TCE. Para Dias, a presença do Tribunal nestas cidades pode ajudar a minimizar erros formais que costumam travar obras e contratações, e levam gestores às barras da justiça.

“As pessoas, muitas vezes, tomam decisões que lá na frente geram problemas, por não conhecerem

o regramento legal, onde as alterações são constantes. É fundamental preparar as áreas de licitação, de elaboração de projetos, qualificar os responsáveis pelas prestações de contas, para que se tenha condições de chegar ao tribunal já dentro da regularidade”, pontuou o governador.

O presidente do TCE e o governador já estiveram reunidos nesta semana para discutir, entre outras pautas, a viabilização do projeto e a parceria entre o órgão e o Governo do Estado para a concretização do plano.

## Página 2. Editoria de Política

### Mapa da mina

Acredite se quiser: as compras dos medicamentos autorizados por ordem judicial fazem a reclamação pública dos gestores, e a alegria deles nas conversas privadas. Isto porque, com a desculpa de cumprir a ordem do juiz eles fazem a festa em compras sem licitação, alegando a urgência.

### Mapa da mina 2

Para o Estado, essa farra significa quase R\$ 2 milhões ao mês, uma montanha de dinheiro. E já teve compra de quase R\$ 5 milhões, de uma vez. Está na hora de o TCE determinar auditoria nessas contas fantasmas. E mandar fiscalizar os preços e os negócios nada republicanos que insistem em fazer.

## INTERIORIZAÇÃO

# Governo discute plano de descentralização do TCE

O governador Wellington Dias se reuniu com o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Olavo Rebêlo, para tratar do plano de descentralização da corte de contas, com implantação de bases nas maiores cidades do interior.

Wellington considera importante a atuação do tribunal junto às prefeituras, para minimizar erros formais que costumam travar obras e contratações e levam gestores às barras da justiça.

“O sistema de controle externo moderno vai mais na linha de evitar problemas. As pessoas, muitas vezes, tomam decisões que lá na frente geram problemas, por não conhecerem o regramento legal, onde as alterações são constantes. É fundamental preparar as áreas de licitação, de elaboração de projetos, qualificar os responsáveis pelas prestações de contas, para que se tenha condições de chegar ao tribunal já dentro da regularidade”, ressaltou Wellington Dias.

O governador se comprometeu em custear parte das despesas do projeto de descentralização do TCE.

Já em fevereiro, o TCE-PI vai realizar um seminário em Parnaíba com os novos prefeitos. O seminário para novos gestores e ouvidoria itinerante acontece nos dias 16 e 17, destinado para prefeitos, vices, vereadores e servidores públicos e representantes de conselhos. O objetivo é orientar e qualificar os participantes sobre normas e obrigações da gestão pública.



# PLENO PODER

luckcoelho@hotmail.com

## **Agilidade**

O governador Wellington Dias quer agilidade do Tribunal de Contas para apreciar o processo que trata da subconcessão dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de esgotos em Teresina. A promessa do relator, o conselheiro Kennedy Barros, que é a matéria será levada a plenário até a próxima quinta.

## **Escoamento**

Se o contrato com a empresa Aegea Saneamento, que ganhou a licitação para a parceria público-privada com a Agespisa, não for feito ainda este mês. O governo do Estado vai perder cerca de R\$ 300 milhões que seriam investidos no sistema ainda este ano.

## **Atualização**

A APPM informou que o Portal da Transparência dos Municípios vai passar por mudança, com várias inovações. A transparência administrativa, exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, vai ser reforçada, segundo informações do presidente da APPM, Gil Carlos.


## **Qualificação**

Por falar em prefeito, o Tribunal de Contas está tentando qualificar os gestores e melhorar o controle social, dando mais efetividade para a gestão pública. Para isso, está organizando seminários com temas voltados para a boa administração municipal.

## Governo discute plano de descentralização do TCE

O governador teve encontro com o presidente do tribunal para tratar da interiorização da instituição.

Redação CCom

 **Curtir** Cadastre-se para ver do que seus amigos gostam.



Audiência com o presidente do TCE. (Foto: Jorge Henrique Bastos)

O governador Wellington Dias se reuniu, nessa quinta-feira (26), com o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Olavo Rebêlo. Entre os assuntos tratados, destaque para o plano de descentralização da corte de contas, com implantação de bases nas maiores cidades do interior.

A estratégia tem o apoio do governador. Wellington considera importante a atuação do tribunal junto às prefeituras, para minimizar erros formais que costumam travar obras e contratações e levam gestores às barras da justiça.

“O sistema de controle externo moderno vai mais na linha de evitar problemas. As pessoas, muitas vezes, tomam decisões que lá na frente geram problemas, por não conhecerem o regramento legal, onde as alterações são constantes. É fundamental preparar as áreas de licitação, de elaboração de projetos, qualificar os responsáveis pelas prestações de contas, para que se tenha condições de chegar ao tribunal já dentro da regularidade”, pontuou Dias.

O governador se comprometeu em custear parte das despesas do projeto de descentralização do TCE.



Audiência com o presidente do TCE. (Foto: Jorge Henrique Bastos)

Link: <http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/29336>

# TCE suspende licitação da Semec por irregularidades em compra de vigilância eletrônica

A medida cautelar foi tomada com base na denúncia de uma das empresas licitantes

27/01/2017 - Atualizado em: 27/01/2017, 14:18

Publicado por: Sávía Barreto



Sessão no Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI)  
(Foto: Divulgação)

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) suspendeu a licitação para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação de sistema eletrônico de vigilância e monitoramento à distância, com apoio de viatura 24 horas em 303 unidades de ensino da rede pública municipal e no almoxarifado da Secretaria de Educação e Cultura (Semec) da Prefeitura de Teresina. A decisão foi proferida monocraticamente pelo conselheiro Kléber Eulálio.

A medida cautelar foi tomada com base na denúncia de uma das empresas licitantes. A

empresa reclama de irregularidades, pois na sua ótica, as exigências de habilitação visam, tão somente, restringir o universo de interessados.

Em sua decisão, o conselheiro Kléber afirma que nos planos constitucional e infraconstitucional há clara proibição de exigências excessivas que frustrem o caráter competitivo da licitação, cumprindo ao órgão licitante demonstrar a pertinência das exigências técnicas estabelecidas no edital reitor do pregão eletrônico.

## CRÍTICAS AO EDITAL

No relatório, o conselheiro destaca que, após análise do referido edital, não há clara definição dos custos (cálculo, quantitativos), prazos (tempo de execução) e das tecnologias (sensores/centrais) que deverão ser empregadas na contratação.

“Observa-se que várias das exigências estabelecidas no edital em questão (Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 004/2017 – SEMEC) apresentam-se manifestamente imprecisas e desarrazoadas”, explicou.

Os gestores da secretaria municipal de Administração e secretaria municipal de Educação e Cultura de Teresina serão notificados e tem o prazo de 15 dias para se pronunciarem sobre os fatos apontados.

Link: <http://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/01/27/tce-suspende-licitacao-da-semec-por-irregularidades-em-compra-de-vigilancia-eletronica/>



# Tribunal de Contas do Estado aprova auditoria em presídios do Piauí

Atendendo a uma solicitação do Ministério Público de Contas

Anúncio fechado por Google

Denunciar este anúncio

Anúncios Google

Atendendo a uma solicitação do Ministério Público de Contas (MPC), o Tribunal de Contas do Estado aprovou por unanimidade, a realização de **auditoria** nas unidades prisionais do Piauí. A relatoria da ação ficou sob a incumbência da conselheira Lilian Martins. Em tal âmbito, a representação do MPC teve como base as últimas rebeliões e mortes de detentos nos presídios de Manaus, Roraima e Natal, devido à superlotação e condições precárias dos presos; neste caso, o trabalho em solo piauiense se dá de modo preventivo, no intuito de contribuir para que situações parecidas não aconteçam no Estado.

O pedido foi orquestrado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC), para adotar estratégias de atuação nas esferas regional e nacional, o mesmo trabalho foi desenvolvido pelos membros do **Ministério Público** de Contas (MPC) de outros entes federativos. Nesse sentido, segundo o procurador-geral do MPC, Plínio Valente já são 19 pedidos protocolados pelos Procuradores-Gerais de Contas dessas regiões aos Tribunais de Contas dos respectivos Estados, a fim de que sejam realizadas Auditorias Operacionais e de conformidade. “Vamos buscar os principais dados relacionados com o **sistema penitenciário** local, tais como estrutura e custos com material, pessoal e gestão, dentre outros”, disse.





## **TCU também fará fiscalização**

Seguindo o mesmo norte, o Tribunal de Contas da União (TCU), a ministra Ana Arraes propôs em plenário que fosse realizada auditoria coordenada com os tribunais de contas dos estados e municípios para examinar os aspectos mais relevantes da gestão operacional e de infraestrutura das penitenciárias do Brasil. No caso da fiscalização do TCU nos presídios de todo o país, a fiscalização será destinada à análise das medidas emergenciais que estão sendo adotadas para lidar com a atual crise e à análise da gestão, dos custos e das tecnologias de apoio associados ao sistema prisional.

Embora a gestão carcerária seja função principal dos estados federados, “é importante destacar que o saldo atual do Fundo Penitenciário Nacional é superior a 3 bilhões de reais”, informou a ministra. Com a anuência à solicitação do MPC, o TCE-PI sai na frente.

Cabe lembrar que o **Piauí** já vem adotando medidas emergenciais, de modo a evitar rebeliões e motins nas unidades prisionais do Estado, como por exemplo a suspensão das férias de todos os servidores e o retorno dos entes emprestados à outras pastas. Além disso, há a previsão para a construção de novas penitenciárias no Piauí e o fortalecimento das ações, através do Judiciário, para acelerar o julgamento dos presos provisórios.

***Por Francy Telxela***

Link: <http://www.meionorte.com/noticias/tribunal-de-contas-do-estado-aprova-auditoria-em-presidios-do-piaui-311956>

# APPM, CGE e TCE promovem seminário sobre gestão de cidades



## CURSO PRÁTICO

**Licitações e Contratos**  
**Controle Interno**  
**Transparência Pública**  
**Incremento de Receitas**

Data: 15, 16 e 17 de fevereiro 2017  
Local: Auditório da APPM

Realização: Escola dos Municípios do Piauí, APPM, TCE, CGE

Programação:

Programação	Dia 15 / 02 / 2017	Dia 16 / 02 / 2017	Dia 17 / 02 / 2017
	7h30min às 12h30min 14h às 18h	8h às 12h 14h às 18h	8h30min às 11h

FORÇA UNIAO INTEGRAÇÃO PIAUÍ HISTÓRIA NAÇÃO TERRITÓRIO SOBERANIA GESTÃO MANDALISMO VISÃO FORÇA UNIAO FUTURO INTEGRACIONISMO UNIAO MUNICIPALISMO CIDADANIA PIAUIENSIDADE INTEGRAÇÃO POVO UNIAO

## Confira também

Aberto Seminário de Comunicação voltado para profissionais da área

Tempo Real: Primeiro acordo na eleição da APPM está em formação

Patrícia Leal reafirma candidatura à APPM e conversa com prefeitos

APPM: Jonas desiste e acerta vice na chapa de Gil Carlos

A Associação Piauiense de Municípios (APPM), através da Escola de Municípios do Piauí, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) e a Controladoria Geral do Estado CGE realizam nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro de 2017 o Seminário de Gestão. Na oportunidade serão ministrados cursos de licitações e contratos, controle interno, transparência pública e incremento de receita.

O evento acontece no Auditório da APPM e tem como proposta qualificar os gestores e técnicos municipais.

FICHA DE INSCRIÇÃO

..

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/240017/appm-cge-e-tce-promovem-seminario-sobre-gestao-de-cidades>



# TCE-PI suspende licitação da Semec por irregularidades



Imprimir



## Confira também

[Votação na Câmara aprova projeto de licitação das linhas de ônibus](#)

[Estagiários alegam atraso no salário e realizam protesto na frente da Semec](#)

[Autorizada licitação para construção de nova maternidade na capital](#)

[Escola Eurípedes de Aguiar vai fechar para receber novo prédio da Semec](#)

O Tribunal de Contas suspendeu a licitação para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação de sistema eletrônico de vigilância e monitoramento à distância, com apoio de viatura 24 horas em 303 (trezentas e três) unidades de ensino da Rede Pública Municipal e no Almoarifado da SEMEC da Prefeitura de Teresina. A decisão foi proferida monocraticamente pelo conselheiro Kléber Eulálio.

A medida cautelar foi tomada com base na denúncia de uma das empresas licitantes. A empresa reclama de irregularidades, pois na sua ótica, as exigências de habilitação visam, tão somente, restringir o universo de interessados.

Em sua decisão, o conselheiro Kléber afirma que nos planos constitucional e infraconstitucional há clara proibição de exigências excessivas que frustrem o caráter competitivo da licitação, cumprindo ao órgão licitante demonstrar a pertinência das exigências técnicas estabelecidas no edital reitor do pregão eletrônico.

No relatório, o Conselheiro destaca que, após análise do referido edital, não há clara definição dos custos (cálculo, quantitativos), prazos (tempo de execução) e das tecnologias (sensores/centrais) que deverão ser empregadas na contratação.

“Observa-se que várias das exigências estabelecidas no edital em questão (Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 004/2017 – SEMEC) apresentam-se manifestamente imprecisas e desarrazoadas”,

explicou.

Os gestores da Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina serão notificados e tem o prazo de 15 dias para se pronunciarem sobre os fatos apontados.

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/240006/tce-pi-suspende-licitacao-da-semec-por-irregularidades>

## TCE-PI realizará seminário para novos gestores em Parnaíba

27/01/17, 16:02



O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), por meio da Escola de Gestão e Controle (EGC), realizará nos dias 16 e 17 de fevereiro, em Parnaíba, o III Seminário para os Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante. O evento é destinado a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, servidores municipais, representantes de conselhos e entidades comunitárias e cidadãos em geral. O objetivo é orientar e qualificar os participantes sobre normas e obrigações da gestão pública.

O evento acontecerá no auditório do Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Parnaíba (350 quilômetros ao norte de Teresina), e terá uma vasta programação de palestras e minicursos sobre controle externo e interno, contratos e licitações, transparência e prestação de contas, execução de obras e penalidades para quem infringir as normas que regem a administração pública.

Trata-se do primeiro seminário deste ano destinado aos prefeitos e outros gestores que assumiram os mandatos e cargos públicos no início de janeiro. O evento faz parte das iniciativas do Tribunal para qualificar os gestores, melhorar o controle social e dar mais efetividade à gestão pública, e foi organizado priorizando os temas e assuntos mais importantes para a boa administração municipal.

Confira a programação completa e como se inscrever no site do TCE-PI - [www.tce.pi.gov.br](http://www.tce.pi.gov.br).

Da Redação  
[redacao@cidadeverde.com](mailto:redacao@cidadeverde.com)

Link: <http://cidadeverde.com/parnaiba/81745/tce-pi-realizara-seminario-para-novos-gestores-em-parnaiba>




# Ex-prefeito Antônio Parambu é denunciado por desvio de recursos


Luana Lopes afirma que o ex-prefeito usou o dinheiro para realizar diversas transferências bancárias para pessoas jurídicas, entre 14 e 20 de dezembro.


BÁRBARA RODRIGUES

29/01/2017 © 09h04 - atualizado © 09h06

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

A servidora municipal Luana Aparecida Lopes Ribeiro da Silva, ingressou no Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) com denúncia contra o ex-prefeito de Prata do Piauí, Antônio Gomes de Sousa, mais conhecido como Antônio Parambu, por desvio de recursos públicos de quase R\$ 3 milhões.

Ela afirma que o ex-prefeito, que encerrou seu mandato em dezembro de 2016, recebeu no dia 13 de dezembro, o valor aproximado de R\$ 2.850.000,00 milhão em uma conta da Caixa Econômica Federal, referente a uma diferença do recurso do antigo Fundef, mas que no dia 14 de dezembro ele transferiu o valor de R\$ 2.730.000,00 milhões para uma conta no Banco Bradesco.

Luana Lopes afirma que o ex-prefeito usou o dinheiro para realizar diversas transferências bancárias para pessoas jurídicas, entre 14 e 20 de dezembro, e que a justificativa desses pagamentos foram publicados no Diário Oficial dos Municípios do dia 3 de janeiro, onde tinha a “homologação de resultados de supostos processos licitatórios em nome de alguns beneficiários das transferências bancárias citadas e que os atos comprovam a manobra do então gestor Antônio Gomes de Sousa para justificar os pagamentos realizados, porém os serviços não foram prestados”.

A denunciante informa ainda que o dinheiro só poderia ser gasto na área da educação. “O recurso, apesar de ser de caráter indenizatório, faz parte do antigo Fundef o que entende-se que deveria ser gasto com a educação do município. Que todos os gestores possuem conhecimento das discussões que estavam sendo realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí em relação aos gastos com tal recurso. Apesar da transferência e o início dos gastos ter ocorrido antes da sessão plenária do dia 15/12/2016, onde foi orientado aos municípios que não possuem regime de previdência própria que os mesmos utilizassem o recurso, conforme a lei do Fundef, onde 60% deve ser gasto com professores e 40% com a manutenção e valorização do ensino, entende-se que gestor usou de má fé, pois tinha conhecimento que os municípios que receberam o recurso estavam apresentando plano de gastos para a sua utilização. Era do seu conhecimento que o recurso deveria ser gasto com educação e que o TCE estava solicitando o bloqueio de para garantir a utilização devida”, afirmou.

Diante da situação ela afirma que irá denunciar o caso para vários órgãos. “Formalizei denúncia junto ao Ministério Público Federal, Polícia Federal e Gaeco, e ainda o fará na promotoria de Barro Duro. Solicito que esta Casa apure as possíveis irregularidades, recupere os valores transferidos as empresas que constam no extrato bancário, tendo em vista o uso incorreto do recurso e a não utilização dos serviços, como também a punição do ex-gestor Antonio Gomes de Sousa”, destacou.

## Outro lado

Procurado pelo **GPI** nesta sexta-feira (27), o ex-prefeito não foi localizado para comentar o caso.

# Sindicato denuncia ex-prefeito Leônidas Lima ao Tribunal de Contas

Manoel afirma que “Leônidas Lopes de Lima como gestor dos recursos do município de Curral Novo do Piauí, vem cometendo ao longo de sua administração, as mais diversas ilegalidades e irregularidades”.

BÁRBARA RODRIGUES

28/01/2017 © 13h46 - atualizado © 18h00



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Compartilhe no Google+



Enviar por E-mail



Mais opções

O Sindicato dos Servidores Públicos de Curral Novo do Piauí, por meio do presidente Manoel Ângelo de Moraes Reis, ingressou no Tribunal de Contas do Estado (TCE), no dia 27 de dezembro, com denúncia contra o ex-prefeito Leônidas Lopes de Lima por irregularidades no pagamento a servidores públicos.

Manoel afirma que “Leônidas Lopes de Lima como gestor dos recursos do município de Curral Novo do Piauí, vem cometendo ao longo de sua administração, as mais diversas ilegalidades e irregularidades. Mas a situação extrapolou os limites do bom senso, agora no mês de dezembro, em razão do término de seu mandato. O prefeito Lenidas cometeu o abuso de poder quando resolveu pagar os servidores efetivos (professores) no dia 23 de dezembro, referente ao mês de dezembro, porém deixou de efetuar o repasse referente a cinco professores”.

O presidente do sindicato afirmou também estão ocorrendo vários atrasos em pagamentos no município de Curral Novo do Piauí. “Não bastando, o gestor também reteve a gratificação natalina, o décimo terceiro salário de alguns servidores, mesmo sabendo ser o dia 20 de dezembro o prazo fatal a se efetuar o pagamento. Ainda numa demonstração de clara irregularidade e deboche com a Justiça desta corte, bem como dos órgãos judiciais, negou-se a efetuar o pagamento do 1/3 de férias constitucional, alegando ate que foi impedido de fazê-lo por esta corte, pois, segundo ele, já havia ultrapassado os limites da LRF. E sendo assim, vários são os servidores que estão sem receber o terço de férias constitucional, por negativa do gestor, tanto referente ao ano de 2014, como 2015 e 2016”, explicou.

Manoel Ângelo ainda informa que “em uma continuidade de irregularidades sem precedentes, se nega a pagar os valores de salários referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro da maioria dos servidores temporários (seletistas), bem como décimo terceiro salário. Um caso que merece destaque é o desconto previdenciário nos contra cheque dos servidores e a falta de repasse a previdência, desde o mês de setembro, configurando com clareza apropriação indébita previdenciária”.

É solicitado então o bloqueio das contas bancárias do município, sendo autorizado o desbloqueio apenas para o pagamento das verbas alimentares dos servidores prejudicados. O conselheiro Delano Câmara será o relator da ação.

## Outro lado

Procurado pelo **GPI**, o ex-prefeito não foi localizado para comentar a ação.





# Nouga Cardoso é denunciado ao Tribunal de Contas do Estado


Nouga é acusado de nomear, com finalidade política, servidores lotados na capital para cargos comissionados que pertencem às unidades universitárias do interior.


WANESSA GOMMES

27/01/2017 @ 22h28 - atualizado @ 22h40

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O reitor da Universidade Estadual do Piauí, Nouga Cardoso, foi denunciado ao Tribunal de Contas do Estado acusado de irregularidades na nomeação de servidores para cargos comissionados. A denúncia foi apresentada nesta quinta-feira (26).

Nouga é acusado de nomear, com finalidade política, servidores lotados na capital para cargos comissionados que pertencem às unidades universitárias do interior, colocando estes cargos à disposição das pró-reitorias, deixando os Campi do interior sem os cargos que pertencem a eles.

FOTO: LUCAS DIAS/UFPI



Nouga, Reitor da UESPI

De acordo com a denunciante, a servidora Rosenir Feitosa Lima, que pertence ao quadro de docentes da Secretaria Estadual da Educação, foi nomeada para o cargo de Coordenadora de Licenciatura Plena em Letras Português, Campus de Fronteiras/PI. Segundo a denúncia, a nomeação da professora afronta os artigos 20 (parágrafo único) e 24, do Estatuto da Uespi já que para o cargo de coordenador de curso há necessidade de eleição, além de ser um cargo privativo de docente efetivo da instituição.

Já a professora Margareth Torres de Alencar Costa foi nomeada para o cargo de Pró-reitora dos Cursos Superiores Sequenciais PRESE, sendo que há muito tempo o referido cargo foi extinto e não está previsto no Estatuto da UESPI, que conta apenas com cinco pró-reitorias, conforme art. 51.

A denunciante aponta ainda irregularidade na nomeação de Marcos Antônio dos Santos Lima, Agente Operacional de serviços (nível fundamental), que encontra-se nomeado para o cargo comissionado (DAS 4) de diretor do campus de Paulistana, o que desrespeita o artigo 19 do Estatuto da UESPI, que diz que a nomeação para o cargo de diretor de campus deve ser antecedida de eleição, além de ser cargo privativo de docente de carreira.

### Outro lado

Procurado pelo **GPI** na tarde desta sexta-feira (27), o reitor Nougá Cardoso não foi localizado para comentar o caso.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/nouga-cardoso-e-denunciado-ao-tribunal-de-contas-do-estado-408031.html>

## Tribunal determina a suspensão de nomeações em Buriti dos Lopes

A decisão é do dia 15 de dezembro e foi publicada nesta sexta-feira (27) no Diário Oficial do TCE.

BÁRBARA RODRIGUES E PRISCILA CALDAS

29/01/2017 @ 16h01 - atualizado @ 16h28



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Compartilhe no Google+



Enviar por E-mail



Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) determinou que o prefeito de Buriti dos Lopes, Raimundo Nonato de Lima Percy Júnior, mais conhecido como Júnior Percy (PTB), realize a anulação de 55 nomeações de aprovados em concurso que foram realizadas pelo ex-prefeito Bernildo Duarte Val.

A decisão acontece após denúncia apresentada pelo próprio Júnior Percy, em novembro de 2016, alegando que após perder a eleição, Bernildo Val começou a fazer diversas nomeações de aprovados em concurso público realizado em 2015. As nomeações estavam fora do número de vagas, sendo 55 nomeações a mais do que estava previsto no concurso.

Na decisão, o conselheiro e relator Jackson Nobre Veras afirmou que é vedado esse tipo de nomeação quando o gestor já estava acabando a sua gestão e que não há nenhuma previsão legal que autorize o número excedente de nomeações.

“Concluimos por entender que os titulares dos respectivos Poderes ou órgãos referidos no art. 20 da LRF, podem admitir pessoal no período vedado de que trata o parágrafo único do art. 21, desde que o referido ato encontre amparo legal anterior ao período vedado e não importe em aumento de despesas com pessoal, ressalvadas, nesse último caso, situações insustentáveis que inibam a Administração de cumprir seus objetivos essenciais. De acordo com os fatos denunciados, a leis nº 519 e 524, ambas representando um aumento de cargos públicos de provimento efetivo, foram publicadas durante o período vedado pela LFR, não sendo anterior ao período vedado e representado um aumento significativo de gastos com pessoal, tendo em vista que, se tratam de 55 (cinquenta e cinco) nomeações realizadas a mais do que o previsto no Edital e na legislação anterior ao período vedado já destacados”, destacou Jackson Nobre Veras na decisão.

Foi determinado então que sejam suspensos efeitos dos atos de nomeações resultantes do Edital nº 001/2015 realizados nos últimos 180 dias anteriores ao fim da gestão de Bernildo Val, até que se constate a legalidade das referidas nomeações e o ex-prefeito será notificado para apresentar sua defesa no caso.



Participaram do julgamento os conselheiros Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Kleber Dantas Eulálio Jaylson Fabianh Lopes Campelo, Delano Carneiro da Cunha Câmara e Jackson Nobre Veras. A decisão é do dia 15 de dezembro e foi publicada nesta sexta-feira (27) no Diário Oficial do TCE.

### **Outro lado**

Procurado pelo **GPI**, na tarde deste domingo (29), o assessor de gabinete da Prefeitura Municipal de Buriti dos Lopes, Rogério Silva, informou que um dos argumentos utilizados pelo prefeito Júnior Percy para o pedido de anulação das nomeações foi que elas não deveriam ter ocorrido nos últimos 180 dias da gestão do ex-prefeito e que os limites de gastos com pessoal estava acima de 54%, que é o permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Os 55 concursados trabalhariam nas áreas de saúde, educação, administração e assistência pública do município.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tribunal-determina-a-suspensao-de-nomeacoes-em-buriti-dos-lobes-408053.html>

## **Tribunal de Contas aplica multa a ex-prefeita Guiomar Resende**

Durante o julgamento, os conselheiros levaram em consideração algumas irregularidades encontradas como dispêndios consumados sem que tenha havido os respectivos procedimentos licitatórios.

BÁRBARA RODRIGUES

29/01/2017 @ 13h55 - atualizado @ 13h58



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Compartilhe no Google+



Enviar por E-mail



Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) aplicou multa à ex-prefeita de Milton Brandão, Guiomar de Andrade Resende, após irregularidades na prestação das contas de gestão referente ao exercício financeiro de 2014.

Durante o julgamento, os conselheiros levaram em consideração algumas irregularidades encontradas como dispêndios consumados sem que tenha havido os respectivos procedimentos licitatórios, com pavimentação asfáltica e serviços jurídicos, assim como levantamento de débitos, da prefeitura e da secretaria municipal de Educação, junto à Eletrobras, com multas e juros incidentes até dezembro de 2014, no valor de R\$ 25.902,87 mil.

Os conselheiros decidiram que as irregularidades encontradas não ensejam a reprovação das contas, pro isso elas foram aprovadas com ressalvas, mas foi aplicada multa à Guiomar de Andrade Resende, no valor correspondente 1.000 UFR-PI a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas (FMTC).

Eles também determinaram que o promotor da região seja informado sobre as irregularidades encontradas para que tome as devidas providências. Participaram do julgamento os conselheiros Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Olavo Rebêlo de Carvalho Filho e Delano Carneiro da Cunha Câmara, além do representante do Ministério Público de Contas, o procurador José Araújo Pinheiro Júnior. A decisão é do dia 22 de novembro e publicado no Diário Oficial do TCE na sexta-feira (27).

Dias 16 e 17 de fevereiro - 28/01/2017 às 16h25

## Tribunal de Contas realizará seminário para novos gestores em Parnaíba-PI

O objetivo é orientar e qualificar os participantes sobre normas e obrigações da gestão pública.

Compartilhar



O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), por meio da Escola de Gestão e Controle (EGC), realizará nos dias 16 e 17 de fevereiro, em Parnaíba, o III Seminário para os Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante. O evento é destinado a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, servidores municipais, representantes de conselhos e entidades comunitárias e cidadãos em geral. O objetivo é orientar e qualificar os participantes sobre normas e obrigações da gestão pública.

O evento acontecerá no auditório do Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Parnaíba (350 quilômetros ao norte de Teresina), e terá uma vasta programação de palestras e minicursos sobre controle externo e interno, contratos e licitações, transparência e prestação de contas, execução de obras e penalidades para quem infringir as normas que regem a administração pública.

Trata-se do primeiro seminário deste ano destinado aos prefeitos e outros gestores que assumiram os mandatos e cargos públicos no início de janeiro. O evento faz parte das iniciativas do Tribunal para qualificar os gestores, melhorar o controle social e dar mais efetividade à gestão pública, e foi organizado priorizando os temas e assuntos mais importantes para a boa administração municipal.